



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1308/2025**  
**(à MPV 1308/2025)**

Dê-se ao inciso IV do *caput* do art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 4º .....

.....”

IV – análise, pela autoridade licenciadora, dos documentos, dos projetos, do cronograma e dos estudos ambientais apresentados, realização de audiência pública e, se necessário, solicitação de informações adicionais e complementares;

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

A limitação, no inciso IV, da possibilidade de solicitar informações complementares a apenas uma vez inviabiliza ajustes técnicos necessários em empreendimentos complexos, impedindo correções adequadas caso surjam novas questões técnicas durante a análise.

O parágrafo único, ao restringir o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e outros estudos ambientais ao termo de referência inicial definido pela autoridade licenciadora, ignora a necessidade de estudos complementares em fases posteriores, como o Plano Básico Ambiental.



Essas restrições enfraquecem o princípio da precaução, reduzem a capacidade de resposta a novas evidências e comprometem a qualidade e a completude da análise técnica.

Sala da comissão, 13 de agosto de 2025.

**Deputada Professora Luciene Cavalcante**  
**(PSOL - SP)**  
**Deputada federal**

